



O Ambientalismo não é Neutro: Um ensaio crítico sobre os caminhos para a defesa da natureza

Breno Henrique de Sousa ^{1*}

¹Professor do Departamento de Educação do Campo (DEC) da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Extensão Rural e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (*Autor correspondente: bhs@academico.ufpb.br)

Histórico do Artigo: Submetido em: 02/04/2025 – Revisado em: 20/05/2025 – Aceito em: 21/06/2025

RESUMO

O ambientalismo brasileiro é atravessado por divergências profundas em suas abordagens, estratégias e concepções de mundo. Com base nas Teorias dos Novos Movimentos Sociais e do Processo Político, este artigo propõe uma síntese conceitual das dimensões simbólicas e estratégicas que configuram esse campo de disputas, a partir da construção de dois *frames* principais: o Conservacionismo e o Socioambientalismo. O primeiro ancora-se em soluções técnicas, na valoração econômica da natureza e em ajustes pontuais ao modelo de desenvolvimento vigente, reproduzindo uma racionalidade instrumental que evita questionar as causas estruturais da crise ecológica. Já o Socioambientalismo emerge como contraponto crítico, ao articular justiça ambiental, participação popular e a necessidade de transformação sistêmica nas relações entre sociedade, economia e natureza. O quadro teórico-conceitual desenvolvido evidencia que tais *frames* expressam projetos societários distintos, com implicações diretas sobre a formulação de políticas públicas e a construção de sentidos sobre sustentabilidade. Enquanto o Conservacionismo tende a reforçar a lógica da eficiência e da tecnocracia, o Socioambientalismo reivindica a centralidade dos conflitos sociais, territoriais e culturais nos debates ambientais. Conclui-se que a proposta de leitura por *frames* oferece uma ferramenta analítica potente para compreender a complexidade do ambientalismo contemporâneo, destacando a importância de integrar as dimensões históricas, culturais e políticas nas respostas à crise socioecológica em curso.

Palavras-Chaves: Conservacionismo, Socioambientalismo, Teoria dos Movimentos Sociais, Políticas ambientais.

Environmentalism Is Not Neutral: A critical essay on the paths toward the defense of nature

ABSTRACT

Brazilian environmentalism is marked by deep divergences in its approaches, strategies, and worldviews. Based on the Theories of New Social Movements and the Political Process, this article proposes a conceptual synthesis of the symbolic and strategic dimensions that shape this field of disputes, through the construction of two main frames: Conservationism and Socio-environmentalism. The former is grounded in technical solutions, the economic valuation of nature, and incremental adjustments to the current development model, reproducing an instrumental rationality that avoids confronting the structural causes of the ecological crisis. Socio-environmentalism, in turn, emerges as a critical counterpoint by articulating environmental justice, popular participation, and the need for systemic transformation in the relations between society, economy, and nature. The theoretical-conceptual framework developed shows that these frames reflect distinct societal projects, directly influencing the formulation of public policies and the construction of meanings around sustainability. While Conservationism tends to reinforce the logic of efficiency and technocracy, Socio-environmentalism places at the center the social, territorial, and cultural conflicts that permeate environmental debates. It is concluded that the frame-based analytical approach offers a powerful tool to understand the complexity of contemporary environmentalism, highlighting the importance of integrating historical, cultural, and political dimensions in the responses to the ongoing socio-ecological crisis.

Keywords: Conservationism, Socio-environmentalism, Social Movement Theory, Environmental Policies.

Sousa, B.H (2025). O Ambientalismo não é Neutro: Um ensaio crítico sobre os caminhos para a defesa da natureza. *Meio Ambiente (Brasil)*, v.7, n.3, p.116-131.



El Ambientalismo No Es Neutral: Un ensayo crítico sobre los caminos hacia la defensa de la naturaleza

RESUMEN

El ambientalismo brasileño está atravesado por profundas divergencias en sus enfoques, estrategias y concepciones del mundo. Con base en las teorías de los Nuevos Movimientos Sociales y del Proceso Político, este artículo propone una síntesis conceptual de las dimensiones simbólicas y estratégicas que configuran este campo de disputas, a partir de la construcción de dos *frames* principales: el Conservacionismo y el Socioambientalismo. El primero se basa en soluciones técnicas, en la valoración económica de la naturaleza y en ajustes graduales al modelo de desarrollo vigente, reproduciendo una racionalidad instrumental que evita cuestionar las causas estructurales de la crisis ecológica. El Socioambientalismo, por su parte, surge como contrapunto crítico al articular justicia ambiental, participación popular y la necesidad de una transformación sistémica en las relaciones entre sociedad, economía y naturaleza. El marco teórico-conceptual desarrollado evidencia que estos *frames* expresan proyectos societales distintos, con implicaciones directas sobre la formulación de políticas públicas y la construcción de sentidos sobre la sustentabilidad. Mientras el Conservacionismo tiende a reforzar la lógica de la eficiencia y la tecnocracia, el Socioambientalismo reivindica la centralidad de los conflictos sociales, territoriales y culturales en los debates ambientales. Se concluye que la lectura analítica por *frames* constituye una herramienta potente para comprender la complejidad del ambientalismo contemporáneo, destacando la importancia de integrar las dimensiones históricas, culturales y políticas en las respuestas a la crisis socioecológica en curso.

Palabras clave: Conservacionismo, Socioambientalismo, Teoría de los Movimientos Sociales, Políticas ambientales.

1. Introdução

Nos últimos séculos a intensificação do processo produtivo e tecnológico tem provocado modificações em escala planetária sem precedentes na história da humanidade. Os movimentos ambientalistas intensificaram-se na década de 1970 denunciando que esse processo tem afetado de diversas formas os ecossistemas. Esses movimentos têm contribuído para que a questão ambiental torne-se uma pauta a cada dia mais relevante no cenário internacional e na elaboração de políticas públicas.

Souza (2000) afirma que a questão ambiental envolve uma gama de problemas ambientais como, por exemplo: a poluição, envolvendo o efeito estufa, mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, acidificação e poluição tóxica; o problema da degradação dos recursos naturais renováveis, como a extinção de espécies e ecossistemas, desmatamento, degradação dos solos, degradação da água e dos recursos pesqueiros; o problema da degradação dos recursos naturais não renováveis como fontes de materiais e energias, apenas para mencionar alguns desses problemas. Segundo a ONU (2025) o ano de 2024 foi o mais quente já registrado, com 1,55°C acima dos níveis pré-industriais, acima do limite de aquecimento de 1,50°C estabelecido no Acordo de Paris. Os últimos dez anos estiveram todos entre os dez mais quentes, em uma série extraordinária de temperaturas recordes.

Mesmo que a cada dia acumulem-se evidências objetivas e mensuráveis do efeito degradante das ações humanas sobre o ambiente, é certo que também existem vários elementos subjetivos, como a mensuração precisa dos impactos das ações humanas em escala global ou como cultura, política e economia interferem na questão ambiental. Hickel (2020) afirma que a crise climática não é apenas um problema técnico a ser resolvido pela tecnologia verde, mas um sintoma de um sistema econômico viciado em crescimento sem fim. Para Gonçalves (2002) a questão ambiental possui também suas dimensões éticas e filosóficas, que envolvem problemas como: *Que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de humanos? Qual o sentido da vida? Quais os limites da relação da humanidade com o planeta? O que fazer com o nosso antropocentrismo quando olhamos do espaço o nosso planeta e vemos o quão pequeno ele é, e nós uma das espécies, entre tantas?* Para esse autor, a dimensão ética e filosófica está na raiz dessa problemática e precede em ordem de importância as soluções práticas e técnicas.

Diante da amplitude da problemática ambiental, é importante frisar que o ambientalismo é um

movimento de origens e influências difusas, sendo diversas as suas vertentes¹. Ao analisar a questão ambiental em algum setor da sociedade como a agricultura, é preciso definir, ainda que esquematicamente, qual o enfoque será usado como lente para a leitura desse fenômeno, sem ignorar a diversidade de opiniões, até antagônicas, sobre como deve se dar a relação entre sociedade e natureza. Pois, se é certo que os movimentos ambientalistas modernos concordam entre si sobre o fato de que existem conflitos nessa relação, o mesmo não se pode dizer sobre as leituras, estratégias e intervenções que cada vertente ambientalista acredita ser a melhor saída para resolvê-los.

As diversas vertentes do ambientalismo propõem mudanças mais ou menos drásticas para resolver as diversas problemáticas ambientais. Essas propostas parecem unificar-se no *construto* moderno denominado de “sustentabilidade”, porém, esse conceito abarca uma gama de significados e conforme veremos neste trabalho, é um campo de disputa política e acadêmica. Atingir um consenso sobre “o que” e “de que forma” sustentar parece um horizonte distante.

Seguindo essa linha de raciocínio, retoma-se adiante algumas das principais vertentes do ambientalismo e suas diferentes abordagens sobre a sustentabilidade. Os primeiros movimentos sociais organizados na segunda metade do Século XIX nos Estados Unidos representaram a fase seminal do ambientalismo e nele destacaram-se as vertentes do Preservacionismo e do Conservacionismo, diferentes entre si; essas vertentes emergem em um período que a problemática ambiental ainda não era percebida como global, por isso suas abordagens são mais pontuais e ainda não aprofundam reflexões sobre as dimensões históricas, culturais, econômicas e políticas.

No século XX a questão ambiental recebe contribuições desses diversos campos do conhecimento, tornando-se mais complexa e desafiadora. As discussões acadêmicas sobre o “desenvolvimento” exerceriam grande influência sobre algumas vertentes ambientalistas. A partir do Relatório Meadows (Meadows, 1972) as problemáticas ambientais são reconhecidas como globais e também relacionadas com o crescimento econômico, reconhecendo limites a esse crescimento. Porém, surge nos anos 1980 o Relatório Brundtland (Brundtland, 1987) que lança o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” que preconiza que é possível crescer economicamente e ao mesmo tempo resolver os problemas ecológicos. Essa abordagem sofre influência da ciência econômica tradicional e de subáreas disciplinares como a Economia Ambiental e a Economia dos Recursos Naturais.

O Desenvolvimento Sustentável passa a ser o paradigma dominante nos organismos internacionais como o FMI, ONU, BIRD e o Banco Mundial. Sua perspectiva otimista com relação à capacidade da tecnologia resolver os problemas ambientais, aliada a uma perspectiva “economocêntrica”, depara-se, dentro e fora dos organismos internacionais, com vertentes como o Socioambientalismo, que emerge pondo em questão a viabilidade ambiental do sistema capitalista, as distorções provocadas pelo avanço tecnológico e pelo desenvolvimento econômico que causam desemprego, desigualdade e concentração de riquezas.

Pelo Socioambientalismo as questões sociais e culturais ganham centralidade. A ele somam-se segmentos como a Ecologia Profunda que apresenta o conceito de “crise ambiental” (Leff, 1992) como uma crise de valores da sociedade humana que a leva a uma relação conflitiva e destruidora com a natureza. Mais do que soluções técnicas e econômicas, nessa perspectiva, acredita-se que é preciso uma mudança do próprio modelo civilizatório. Nesse rol também se destacam as vertentes do Ecodesenvolvimento e da Economia Ecológica propondo alternativas ao modelo vigente de desenvolvimento baseado no crescimento incessante e propondo que a economia deve reconhecer as limitações ecológicas em um mundo de recursos finitos.

Todas essas perspectivas entram em franca disputa nos cenários dos organismos internacionais, das

¹ O uso da expressão “vertente” neste trabalho refere-se simplesmente aos diversos segmentos do ambientalismo, diferenciados entre si por suas visões e estratégias sobre a questão ambiental. Algumas dessas vertentes são resgatadas neste trabalho através da releitura de autores reconhecidos.

políticas nacionais, nos movimentos sociais e acadêmicos, influenciando a elaboração de políticas públicas para setores como a agricultura e para a questão das mudanças climáticas. Esse panorama é analisado posteriormente onde elaboramos um quadro teórico-conceitual que permite agrupar as vertentes analisadas, oferecendo subsídios para identificar os vieses ideológicos que têm orientado a elaboração dessas políticas públicas.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi interpretar o ambientalismo brasileiro através de dois frames principais: o Conservacionismo e o Socioambientalismo, possibilitando um entendimento mais sistemático desse complexo panorama.

2. Material e Método

Este artigo configura-se como um ensaio teórico com abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e interpretativo. Adotou-se como principal referencial metodológico a proposta de análise por frames, conforme desenvolvida por autores como Goffman (1974), Snow e Benford (1988) e, no Brasil, por Alonso, Costa e Maciel (2007), que permite compreender os conflitos simbólicos, discursivos e estratégicos presentes na disputa por sentidos no campo do ambientalismo.

Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007) “frame” significa a perspectiva cognitiva que um movimento social faz da conjuntura em que estão imersos. *São guias para a ação que permitem aos ativistas questionar uma dada situação social antes não problemática, atribuir responsabilidades a grupos ou autoridades por tal estado de coisas e apresentar estratégias para alterá-los.*

A escolha dessa abordagem deve-se à sua capacidade de revelar os elementos constitutivos das construções ideológicas e políticas que moldam os discursos ambientais. Nessa perspectiva, os frames são entendidos como estruturas interpretativas que organizam a experiência e orientam a ação coletiva, tornando inteligível o mundo social a partir de determinadas lentes (Goffman, 1974). No caso deste estudo, dois frames principais foram identificados e contrastados: o Conservacionismo e o Socioambientalismo, construídos a partir da revisão crítica da literatura acadêmica e de documentos de referência na formulação de políticas ambientais.

O levantamento bibliográfico priorizou autores clássicos e contemporâneos das ciências sociais, ambientais e políticas, com destaque para obras que abordam o ambientalismo enquanto fenômeno histórico, cultural e político. Os critérios de seleção incluíram a recorrência dos autores em debates teóricos sobre a temática ambiental, a relevância institucional das publicações e a diversidade de abordagens, de modo a evitar reducionismos interpretativos. Foram consultadas também fontes secundárias como relatórios internacionais, documentos de políticas públicas brasileiras e textos de agências multilaterais, quando relevantes para a caracterização dos frames.

Embora o presente texto não incorpore análise empírica direta, a construção dos frames é ilustrada com exemplos de políticas públicas, marcos normativos e movimentos sociais brasileiros, sobretudo no período recente, para evidenciar os tensionamentos entre os diferentes projetos societários em disputa. Assim, mesmo tratando-se de uma sistematização conceitual, buscou-se ancorar a análise em situações concretas, a fim de contribuir para a compreensão crítica do papel dos discursos ambientalistas na conformação de agendas políticas e educacionais no país.

Vale destacar que esta é uma proposta analítica situada, marcada por uma perspectiva crítica e alinhada às abordagens dos **Novos Movimentos Sociais e da Teoria do Processo Político**, conforme assumido por Alonso, Costa e Maciel (2007). Ainda que não constitua referencial teórico central deste artigo, reconhece-se que as interpretações aqui desenvolvidas dialogam com questões comuns à **ecologia política**, sobretudo no que se refere à crítica estrutural ao modelo de desenvolvimento hegemônico e à análise dos conflitos ambientais enquanto expressões de desigualdades sociais historicamente constituídas.

Cumprido reconhecer, no entanto, os limites e alcances da proposta aqui apresentada. Este trabalho não

pretende esgotar a temática nem tampouco oferecer uma classificação rígida ou definitiva dos discursos ambientalistas. A leitura por frames constitui uma construção teórica interpretativa, ancorada em determinado ponto de vista crítico, e como toda interpretação, está sujeita a revisões, contrapontos e deslocamentos. Outras abordagens poderiam eleger diferentes categorias analíticas, operar com outras delimitações conceituais ou até propor novos arranjos para compreender a multiplicidade do ambientalismo contemporâneo. Longe de se apresentar como síntese conclusiva, este ensaio oferece uma chave de leitura possível — entre tantas — para apreender as tensões e disputas que atravessam o campo ambiental, reconhecendo que o próprio ato de classificar já implica um posicionamento e uma tomada de partido frente à realidade.

3. Desenvolvimento

3.1 Antecedentes do Ambientalismo Moderno

A preocupação com as questões ecológicas não é uma novidade na história da humanidade. Desde épocas imemoriais, filósofos, naturalistas, geógrafos e outros, dedicaram parte importante dos seus esforços intelectuais para pensar sobre as relações entre a sociedade humana e a natureza (Rucinke, 2009). Segundo Mucci (2005) Platão (427-347 a.C.) já denunciava a erosão e o desmatamento nas colinas da Ática; Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), primeiro ministro da França, criou em 1669 o primeiro decreto das águas e florestas que se tem notícia; Alexandre Von Humboldt (1759-1859), alemão, precursor da geografia, fez estudos na Venezuela sobre o regime hídrico de um lago.

Entretanto, o ambientalismo enquanto movimento social, acadêmico e político é relativamente recente na história da humanidade. Não há uma data específica para o seu surgimento, porém foi na década de 1970 que cresceu exponencialmente a produção bibliográfica em torno desse tema, bem como o surgimento de grupos organizados que reconheciam uma crise ecológica ou ambiental consequente das ações humanas sobre a natureza (Rucinke, 2009).

Para Pelicioni (2005) alguns acontecimentos históricos influenciaram o interesse pela natureza e o surgimento do ambientalismo no Século XX: (1) desde o século XVI, as viagens e descobertas despertaram o interesse pela natureza exuberante descrita pelos viajantes colonizadores, que era associada ao Éden (o paraíso bíblico perdido); (2) com a urbanização que se intensificou com a Revolução Industrial agravaram-se as condições insalubres das cidades que acumulavam problemas sanitários; (3) movimentos culturais como o Romantismo pregavam uma reaproximação do homem à natureza corrompido pelo ambiente urbano degradante, esse pensamento já era percebido nas obras de Rousseau com o mito do bom selvagem e da natureza humana corrompida pelas cidades; (4) A expansão urbana e industrial também evidenciariam a contaminação de rios, o desmatamento e a caça e pesca de animais como laser.

Porém, apesar do interesse poético ou preocupações ecológicas isoladas, apenas no século XX é que surge o que podemos chamar de ambientalismo. Segundo McCormick (1992) nos Estados Unidos os primeiros movimentos de proteção ecológica dividiram-se em duas correntes principais, o Preservacionismo e o Conservacionismo. O Preservacionismo tinha forte viés religioso e defendia a existência de espaços naturais intocados, salvo o uso muito restrito para recreação e educação. O principal expoente desse movimento foi John Muir (1838-1914). Foi sob essa perspectiva que se criaram os primeiros parques naturais como o Parque Nacional de Yellowstone em 1872.

O Conservacionismo sofre influência da gestão e manejo florestal que se fazia na Alemanha, onde destaca-se o pensamento de Gifford Pinchot (1865-1946). Nessa perspectiva os recursos naturais podem ser explorados de maneira racional. Os conservacionistas propunham também a existência de áreas florestais desde que se pudesse fazer uma exploração planejada dos seus recursos, a ideia central era a de que as florestas não deveriam ser fechadas, mas exploradas para contribuir com o desenvolvimento econômico do país (McCormick, 1992).

Constata-se que naquele momento histórico tanto o Preservacionismo como o Conservacionismo eram vertentes que não aprofundaram (pelo menos não como outras vertentes que surgiram no Século XX) uma crítica ao modelo econômico vigente, às questões sociais ou de caráter político e global. Os problemas ecológicos naquelas perspectivas eram vistos de maneira pontual e com soluções técnicas circunscritas. Sabe-se também que o Conservacionismo prosperou como perspectiva dominante, estando presente até os dias atuais em diversos setores da sociedade, e de maneira muito marcante na trajetória da agricultura mundial e brasileira. Um exemplo importante é a ciência da Conservação do Solo que surge mesmo antes do processo de intensificação tecnológica da Revolução Verde. Segundo Harlow (1994) os primeiros estudos de Conservação do Solo iniciam-se nos Estados Unidos em 1934 e já em 1935 o congresso americano aprovou a “Lei de Conservação do Solo” que estabeleceu o Serviço de Conservação do Solo vinculado ao Departamento de Agricultura.

O Conservacionismo teve grande influência na agricultura, ao coadunar-se com herança intelectual da modernidade. Dentro do movimento chamado Ilustração, encontramos a Ilustração Agrária onde se identificam as origens mais remotas da extensão rural através de ações de educação agrícola que remontam dos séculos XVIII e XIX (Sánchez de Puerta, 1996).

A Ilustração Agrária ocorreu sob a influência de ideias iluministas, período de grande avanço das ciências, artes, filosofia e tecnologias que possibilitaram a revolução industrial. Por sua vez, o Iluminismo encontra suas raízes históricas na renascença, período de transição do feudalismo para o capitalismo. Na aurora da modernidade as ideias de Francis Bacon (1561-1626) propunham uma nova epistemologia do conhecimento que substituiu o modelo escolástico aristotélico pelas etapas do método indutivo. O método permitiria dominar a natureza pelo saber a fim de converter nosso conhecimento em algo útil e proveitoso para a vida dos homens (Severino, 2007). A partir daquele momento a religião perderia seu domínio absoluto, o ocidente se tornaria antropocêntrico e o homem exerceria seu domínio sobre a natureza submetendo-a as suas demandas produtivas.

Mais adiante o Positivismo expulsaria qualquer sombra de superstição religiosa e a realidade passou a ser encarada de maneira pragmática e utilitária. Esse contexto exerceria profunda influência sobre a relação homem/natureza estabelecendo nosso atual modelo civilizatório e sendo para Leff (1992) a raiz da atual crise ambiental. A própria expressão "recursos naturais", muito utilizada atualmente, denuncia a visão utilitarista com a qual a humanidade tem se apropriado da natureza. Porém, reflexões sociológicas mais profundas sobre a relação homem/natureza só foram possíveis a partir do surgimento do ambientalismo moderno no Século XX.

3.2 O Surgimento do Ambientalismo Moderno e da Perspectiva Socioambiental

Na segunda metade do Século XX, os meios de comunicação em massa permitiriam a humanidade tomar conhecimento dos efeitos do pós-guerra e das consequências dos testes atômicos. Viola (1987) destaca também ameaças concretas como a guerra nuclear; o lixo atômico acumulado e acidentes em usinas nucleares; o efeito estufa e o enfraquecimento da camada de ozônio na atmosfera como fatores recentes que influenciaram a emergência do ambientalismo moderno. Em 1962 Rachel Carson lançou a poderosa obra *Primavera Silenciosa*, marco do ambientalismo que denunciou o efeito tóxico do DDT na morte de pássaros e como causa de cânceres em seres humanos. Essa obra para alguns é um dos eventos mais importantes para o surgimento de organizações ambientais que atuariam em diversas esferas da sociedade.

Em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu na cidade de Estocolmo a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Esse evento foi considerado um marco do momento em que as agências internacionais assumiram a preocupação com as questões ambientais. É certo que outros eventos internacionais, como a conferência de Keele em 1965 na Inglaterra, também promovido pela ONU, abordava a temática ambiental, mas não como tema central do evento (Mucci, 2005).

As conclusões do Relatório Meadows também elaborado em 1972 pelo Clube de Roma, constatava

como maiores problemas da humanidade a industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, a escassez de alimentos, o esgotamento de recursos não-renováveis e a deterioração do meio ambiente. O relatório também fazia previsões baseadas na teoria de Thomas Malthus (1776-1834), economista britânico que preconizava que a população cresce em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, o resultado seria a fome pela insuficiência de alimentos no mundo (Meadows, 1972). Nesse relatório reconhece-se a existência da problemática ecológica em escala global, provocada pelo crescimento econômico. Essa perspectiva superava a anterior quando os problemas ecológicos eram vistos apenas de forma pontual e não representavam um limite para o crescimento.

Por causa dos acontecimentos marcantes referidos, surgem, já na década de 1970, políticas ambientais que incorporam instrumentos de ação contra a degradação ambiental decorrente da atividade produtiva de maneira geral. O paradigma que orienta essas primeiras ações é o da “proteção ambiental” e apesar de emergir nessa abordagem a percepção sobre as causas e os efeitos da poluição ambiental no local, a sua abordagem era mais centrada no “aqui” e no “agora”, ou seja, não questionava o futuro do planeta ou do modelo econômico, apenas planejava intervenções pontuais. A abordagem era essencialmente curativa e não preventiva (Souza, 2000).

A problemática ambiental que passou a ocupar a pauta nos diversos setores da sociedade moderna, multiplicou-se também na forma de organizações civis que defendiam a causa ambientalista. No Brasil, Viola e Leis (2001) identificam o ambientalismo nacional como um movimento multissetorial e complexo praticado de diversas maneiras e por diversos setores como associações e grupos comunitários, instituições científicas, governos em suas mais diversas esferas, partidos políticos, grupos religiosos, educadores, jornalistas e artistas.

Algumas dessas organizações defendiam a causa ambiental sob uma ótica Conservacionista ou mesmo Preservacionista, porém, surge nesse momento uma nova vertente ambiental que passou a considerar as relações sociedade/natureza como produto da história e a ampliar o leque de discussões para uma perspectiva sistêmica e em escala planetária. Essa nova perspectiva propunha, em seus mais diversos segmentos, mudanças no estilo de vida, nas estruturas políticas, na economia e no comportamento reprodutivo da humanidade. Diversos autores denominaram essa vertente de Socioambientalismo (Souza, 2000; Viola e Leis, 2001; Santilli, 2005; Alonso, Costa e Maciel, 2007; Lisboa, 2009; Costa Lima, 2009), que se diferencia dos movimentos anteriores à década de 1960 pela compreensão dos problemas ecológicos em uma escala global e integrada e por acreditar na necessidade de uma nova ética nas relações internacionais.

Segundo Santilli (2005) o movimento socioambientalista se intensifica no Brasil com a redemocratização a partir da década de 1980, nesse período a articulação entre os povos indígenas e populações tradicionais, com apoio de aliados nacionais e internacionais, levou ao surgimento da Aliança dos Povos da Floresta, um dos marcos do Socioambientalismo.

O Socioambientalismo recebe diferentes influências que se somam a ele, sendo possível considerar as mesmas como segmentos socioambientais. Essas influências são o *Ecodesenvolvimento*, o *Ecossocialismo*, a *Ecologia Radical*, a *Ecologia profunda*, a *Ecologia Social*, a *Economia Ecológica* e a *Ecologia política* o que demonstra que esse não se trata de um movimento homogêneo, mas que se distingue claramente do Preservacionismo e Conservacionismo surgidos nos EUA.

3.3 A Perspectiva Conservacionista Moderna de Viés Economicista

Da mesma forma, é possível agrupar ao Conservacionismo outras vertentes de pensamento ambientalista através de características como a ausência de criticidade histórica e por seu viés econômico liberal e

conservador. Assim como o Conservacionismo clássico², esses segmentos propõem intervenções pontuais sem críticas ao modelo econômico hegemônico e buscam universalizar soluções neutras e técnicas para os problemas ambientais, sem aprofundar as relações históricas entre sociedade e natureza.

Alguns desses segmentos, diferentemente do Conservacionismo clássico americano, já reconhecem a globalidade dos problemas ambientais, mas ao invés de propor reflexões sobre o modelo civilizatório, propõem ajustes como a valoração econômica dos bens e serviços ambientais, comércio de créditos de carbono, algumas ações legislativas e a conservação de alguns espaços e recursos naturais. Essa é, por exemplo, a abordagem da “Economia Ambiental” e da “Economia dos Recursos Naturais”, ambas inspiradas na economia neoclássica. Organismos internacionais como o Banco Mundial sempre adotaram prioritariamente essa perspectiva, mesmo que mais recentemente ofereçam espaço a abordagens socioambientalistas.

No Conservacionismo as soluções para a crise ecológica são propostas de maneira reducionista no âmbito da economia neoclássica, sem mudanças na estrutura liberal do sistema econômico, o meio ambiente é um apêndice ou externalidade do sistema econômico e produtivo. Há um otimismo tecnológico exagerado no qual se acredita que o avanço tecnológico e as soluções tecnocráticas são capazes de resolver a crise ambiental (Souza, 2000). Essas correntes influem nos discursos ambientais e políticas de organismos divergências agências multilaterais de desenvolvimento. Dentre os segmentos que se enquadram nessa perspectiva, podemos destacar a *Economia Ambiental*, a *Proteção Ambiental*, a *Economia dos Recursos Naturais* e o *Conservacionismo clássico*.

Até a década de 1970, com as conclusões do relatório Meadows, ainda não havia uma consciência global, sobretudo das agências internacionais, de que o desenvolvimento econômico pudesse afetar irremediavelmente os ecossistemas, pondo em risco a própria sobrevivência humana. O controle dos problemas ambientais era visto de maneira antagônica e incompatível com os processos de desenvolvimento econômico. Porém a partir do final dos anos 1970 e 1980 essas dimensões começam a ser vistas pela comunidade internacional a partir de discussões sobre o efeito estufa e a destruição da camada de ozônio. É quando surgem dois movimentos de reconciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, o Ecodesenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável (Souza, 2000).

Em sua origem o Desenvolvimento Sustentável buscava essa reconciliação de maneira conservadora. As recomendações do Clube de Roma não pareciam factíveis aos defensores do desenvolvimento. Controlar a natalidade mundial ou estacionar o crescimento econômico seria a contramão do liberalismo econômico e capitalista. A reação veio com o relatório *O Nosso Futuro Comum* de 1987 (relatório Brundtland) que formalizou o conceito de Desenvolvimento sustentável, definindo-o como *a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades* (Brundtland, 1987). Esse conceito aparentemente não ideológico e neutro, que se baseia na possibilidade de soluções tecnológicas e políticas para a problemática ambiental, que prega valores homogêneos que orientem a sociedade desconsiderando a sua historicidade, centrado em um espírito solidário, foi apontado como saída para salvar a humanidade.

Para Escobar (1995) a visão de sustentabilidade do relatório Brundtland está alinhada com o modelo desenvolvimentista, centrado no livre mercado, na globalização, na crença na ciência como expressão absoluta da verdade, no tecnicismo e nos ideais de progresso gradativo e crescimento infinito. A visão liberal da sustentabilidade reconhece que a “natureza” e os “recursos naturais” sofrem impacto das atividades humanas, mas ao invés de refletir criticamente sobre os modelos e conceitos hegemônicos, propõe ajustes nessas

² A partir deste ponto, ao usar a expressão “Conservacionismo clássico”, referimo-nos ao movimento original surgido nos EUA no Século XIX e simplesmente Conservacionismo para a variação mais recente que surge a partir do primeiro, mas que abarca diversos outros segmentos conforme explicamos no texto.

atividades para permitir que o modelo desenvolvimentista siga prosperando.

Não se ignora a opinião dos que defendem a ressignificação do conceito de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que ele tornou-se onipresente e seu sentido é atualmente um acirrado campo de luta. Veiga (2006), mesmo reconhecendo as origens conservadoras do Desenvolvimento Sustentável, diz que posteriormente essa noção reuniu sob si posições teóricas e políticas contraditórias e até opostas, o que só foi possível porque ela não nasceu pronta, seu sentido é definido no debate teórico e na luta política. Sua força está em estabelecer um campo bastante amplo onde se dá a luta política sobre o sentido que se deve dar ao meio ambiente nos dias atuais.

É certo que atualmente o Desenvolvimento Sustentável possui uma miríade de significados, alguns dos quais podem ser enquadrados em um frame socioambiental, mas, afirma Souza (2000) que é esse “Desenvolvimento Sustentável de mercado” a concepção normalmente adotada pelos governos e organismos multilaterais e está mais próximo dos princípios econômicos e institucionais da democracia representativa e da economia de mercado e é sob essa perspectiva específica que o classificamos dentro do frame Conservacionista.

3.4 Frames Ambientalistas no Brasil

Neste ponto acredita-se está demonstrado claramente a possibilidade de uma leitura do ambientalismo moderno brasileiro através de duas perspectivas ou frames principais, mesmo sem negar a pluralidade multifacetada desses segmentos. Segundo Alonso, Costa e Maciel (2007) o primeiro frame surgido no Brasil é o Conservacionismo que aparece desde 1958 com a criação da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza; O segundo frame é o Socioambientalismo que surge na década de 1970 ganhando espaço como os movimentos de redemocratização.

Como exemplo da oposição entre os frames Conservacionista e Socioambientalista no Brasil, Costa Lima (2009) menciona o conflito entre essas duas correntes nas políticas institucionais ambientais e na própria trajetória da Educação Ambiental (EA) no país. Segundo o autor o Conservacionismo foi o viés predominante no início da EA na década de 1970, que enfatizava a conservação dos bens naturais com forte sentido comportamentalista, tecnicista e voltada para o ensino de ecologia e para a resolução de problemas, inspirada em uma pretensa neutralidade ideológica, que não problematizava o aspecto político, econômico e ético da questão ambiental.

Outro exemplo foi como o surgimento do Socioambientalismo introduziu questões de natureza mais complexa no cenário político nacional. Mattos et al. (2011) ressaltam como esse movimento foi pioneiro na integração entre as questões sociais e ambientais além de apresentar uma importante atuação na sociedade civil brasileira em defesa dos povos tradicionais. Dentre as conquistas jurídicas do movimento socioambiental temos a Constituição de 1988 onde se assegurou a defesa de populações indígenas e quilombolas, além da criação do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A criação do SNUC é mais um exemplo da oposição entre socioambientalistas e conservacionistas (ou ainda preservacionistas, neste caso específico) que tem marcado as políticas públicas brasileiras. O confronto de forças resultou na criação de “Unidades de Uso Sustentável” que integram as populações locais e tradicionais, em oposição as “Unidades de Proteção Integral” que excluem as populações tradicionais em busca do “mito moderno da natureza intocada”, tema da obra de Diegues (1996) que critica profundamente os problemas socioambientais decorrentes dessa perspectiva reducionista.

De forma mais específica no que se refere à agricultura, encontraremos no Brasil desde o seu período colonial pensadores e intelectuais da elite que se preocupavam com as questões ecológicas de um modo conservacionista, no sentido que estavam preocupados não com o modelo socioeconômico vigente, mas em corrigir pontualmente a degradação que ameaçavam a continuidade de atividades econômicas como a mineração e a agricultura.

Em Minas Gerais a decadência do ciclo do ouro e dos diamantes, fez o mineralogista José Vieira de Couto em 1799 escrever em defesa das matas devastadas por uma agricultura degradante e dispendiosa (Pádua, 2005a). José Bonifácio de Andrada e Silva em 1815 já afirmava:

“Se a navegação aviventa o comércio e a lavoura, não pode haver navegação sem rios, não pode haver rios sem fonte, não há fontes sem chuvas, não há chuva sem umidade, não há umidade sem florestas... Sem umidade não há prados, sem prados não há gado, sem gado não há agricultura, assim tudo está ligado na imensa cadeia do Universo e os bárbaros que cortam as suas partes pecam contra Deus e a natureza e são os próprios autores de seus males” (Mucci, 2005).

Também merece destaque Joaquim Nabuco que desde 1883 denunciava o desmatamento, a perda de fertilidade do solo, os impactos da monocultura nordestina e do extrativismo na Amazônia. Na década de 1930, Alberto Torres contribuiu para o primeiro código de águas e minas e com o primeiro código florestal brasileiro, mesmo assim essas eram posturas ou iniciativas pontuais que não representavam a emergência de um movimento ambiental de proporções globais (Mucci, 2005).

Essas críticas à destruição das florestas, que surgiram entre alguns intelectuais brasileiros, sofreram a influência do movimento chamado Ilustração Europeia e também, mesmo que indiretamente, do Romantismo (Pádua, 2005a; Pádua, 2005b).

Mencionamos algumas iniciativas individuais ou coletivas que demonstram que a perspectiva Conservacionista existe na agricultura mundial e brasileira mesmo antes do período da Revolução Verde, mas pode-se ainda destacar o caso dos Institutos Imperiais de Agricultura que Segundo Bediaga (2011) fizeram um trabalho conservacionista pioneiro ainda no Século XIX. O Imperador Dom Pedro II cultivava ideais iluministas e os institutos buscavam alternativas ao trabalho escravo, por exemplo, através da vinda de colonos estrangeiros. Mesmo que os institutos fossem um meio privilegiado de comunicação direta com os proprietários (uma elite escravista que utilizava métodos arcaicos e ambientalmente destrutivos), eles estavam dirigidos por estudiosos profundamente críticos – ainda que de forma cautelosa – ao escravismo e ao modo de produção predatório. Para difundir essas ideias, e também convencer o agricultor a adotar uma agricultura baseada em princípios científicos, moderna e mecanizada, o Instituto Imperial Fluminense de Agricultura (IIFA) realizava cursos, distribuía mudas e sementes, realizava atividades assistenciais e publicou durante 22 anos ininterruptos a Revista Agrícola, importante instrumento de difusão tecnológica e ideológica do progresso.

Borgonovi (2014) relata que no Brasil a Conservação do Solo teve seu início na década de 1940 pela iniciativa de um grupo de agrônomos do IAC – Instituto Agrônomo de Campinas que se denominavam conservacionistas. Naquele ano receberam a visita de Hugh Bennett, grande expoente da conservação do solo nos EUA. A visita marcaria uma série de experimentos como a implantação de terraços e curvas de nível.

Foi a partir das consequências da Revolução Verde que surge na agricultura brasileira as críticas de viés socioambiental. No Brasil, diversos autores analisam os efeitos devastadores da Revolução Verde sobre o meio ambiente (Andrades e Gamini, 2007; Zamberlam e Fronchetti, 2001; Caporal e Costabeber, 2004), apesar do aumento da produtividade, fatores como: deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos elevados custos sociais, econômicos e ambientais provocados por esse período no país. A Revolução Verde não alterou a concentração de terras, as relações sociais e as relações de trabalho, por isso é um movimento conservador, apesar de ostentar o discurso da modernidade tecnológica.

Esse viés socioambiental vai fomentar diversos movimentos sociais no campo, permitindo, sobretudo a partir da redemocratização na década de 1980, a difusão de modelos alternativos de exploração econômica e organização social como é o caso da Agroecologia, movimento muito influente nos dias atuais sobretudo no âmbito da agricultura familiar.

3.5 Caracterização das principais vertentes do movimento ambientalista

Sabe-se que o ambientalismo brasileiro oscila entre a adaptação ao mercado e a contestação radical do modelo de desenvolvimento (Acsehrad, 2020). Diante disso, autores como Alonso, Costa e Maciel (2007) defendem que é possível abordar o ambientalismo brasileiro, através dessas duas perspectivas – Socioambientalismo e Conservacionismo – já definidas como frames ambientalistas.

É certo que a literatura ambientalista dispõe de diversas descrições e categorizações dos movimentos ambientalistas que influenciaram o Socioambientalismo. Autores como Viola (1987), Viola e Leis (1990), Viola e Leis (2001) e Pádua (2010) definiram amplamente essas correntes e foi nesses autores que se buscou os elementos que permitiram segmentar o movimento socioambiental.

Através da análise dos frames ambientais delimitados, foi possível elaborar um quadro teórico-conceitual (Tabela 1) que permite diferenciar as perspectivas socioambiental e conservacionista que orientam os movimentos ambientalistas brasileiros, bem como as políticas públicas para o setor.

Tabela 1 – Quadro teórico conceitual dos frames ambientalistas do Conservacionismo e do Socioambientalismo.
Table 1 – Theoretical conceptual framework of the environmentalist frames of Conservationism and Socioenvironmentalism.

Frames Ambientalistas		
Critérios	Conservacionismo	Socioambientalismo
Segmentos que podem ser agrupados neste frame.	Conservacionismo clássico, Proteção Ambiental, Economia dos Recursos Naturais, Desenvolvimento sustentável, teoria do <i>Decoupling</i> .	Ecodesenvolvimento, Ecologia Radical, Ecologia Profunda, Ecossocialismo, Ecologia Social, Ecologia Política, Economia Ecológica, Ecofeminismo, <i>Buen Vivir</i> , Racismo Ambiental.
Forma de intervir sobre os problemas ecológicos	Pontual - corrigir pontualmente a degradação, com intervenções locais e específicas visando garantir a oferta de recursos naturais.	Complexa (holística e sistêmica) – os problemas ecológicos que surgem localmente estão relacionados com um sistema mais abrangente.
Diante do modelo econômico vigente e das estruturas de poder	Postura conservadora (liberal) ou não questionadora. O modelo econômico não representa um problema ou pode ser ajustado. Não é preciso mudar as estruturas de poder vigentes.	Postura crítica e questionadora. Identifica no modelo econômico a raiz de grande parte dos problemas ecológicos. É preciso repensar as estruturas de poder vigentes e dar empoderamento as populações excluídas.
Visão histórica	Não contextualiza a problemática ecológica dentro de uma perspectiva histórica.	Observa o processo histórico das relações entre sociedade e natureza.
Significado de Natureza	Significado dado pelas ciências naturais. É vista como fonte de recursos e matéria prima, ou como bem contabilizável. Seu conceito é dado como óbvio e representado por elementos bióticos e abióticos.	O conceito de Natureza não é natural, é construído histórica e culturalmente. Seu valor não é contabilizável e nem pode ser apreendido de maneira utilitarista. Cada sociedade possui uma interpretação cultural diferente da

		natureza.
Visão sobre o Desenvolvimento	É desenvolvimentista e adota uma perspectiva otimista, mesmo que atualmente reconheça alguns problemas gerados pelo desenvolvimento, tidos sempre como corrigíveis. O Desenvolvimento é colocado quase sempre como solução e não como problema,	Visão crítica ao conceito de desenvolvimento que representa um discurso hegemônico e neocolonialista. Alguns segmentos adotam conceitos alternativos ao desenvolvimento como o <i>Buen Vivir</i> , outros trabalham para dar-lhe uma dimensão sociocultural como no ecodesenvolvimento.
Tecnologia	Visão otimista alinhada com o pensamento desenvolvimentista. A tecnologia surge como solução para os problemas ecológicos e esgotamentos dos recursos naturais.	Visão crítica. A tecnologia pode trazer soluções, mas também gerar novos problemas sociais e ambientais. Não pode ser vista como redentora quando é o modelo civilizatório que está em crise.
Perspectiva sociocultural	As soluções para os problemas ecológicos são propostas de maneira uniforme e genérica a todas as populações, sem considerar a diversidade sociocultural das mesmas.	Culturalista. Cada realidade é única e não é possível medidas e pacotes prontos vindos de cima para baixo. As soluções ambientais passam pela perspectiva cultural dos povos envolvidos.
Causas da crise ambiental	As problemáticas ecológicas são causadas por problemas tecnológicos, demográficos, produtivos ou econômicos que podem ser corrigidos tecnicamente.	Em última instância, a crise ambiental é uma crise de valores da sociedade, da sua cultura e percepção que determina o modo destrutivo que a humanidade se apropria da natureza.
Comprometimento ético	Ética liberal, baseada em valores como a democracia e o liberalismo econômico. A natureza deve ser conservada para garantir a manutenção das liberdades de mercado e individuais. A liberdade é um valor ético balizado pela capacidade econômica.	Comprometimento ético com os seres e espaços não humanos, com causas como o feminismo, com as populações tradicionais e grupos vulneráveis socioambientalmente. Defesa dos princípios da cidadania, equidade, participação e autonomia. Promoção da paz ou não violência.

Fonte: Desenvolvido pelo autor
Source: Developed by the author

No quadro listam-se as principais correntes ambientais que podem ser agrupadas dentro de cada frame, considerando a argumentação desenvolvida neste trabalho. Os critérios elencados para cada frame representam características comuns, guardando ressalvas como nos casos da Ecologia Radial e da Ecologia Profunda, segmentos que para Souza (2000) possuem características biocêntricas e preservacionistas, porém, dentro da diversidade interna desses movimentos, encontram-se abordagens próximas ao Socioambientalismo e certamente distantes das concepções economicistas do Conservacionismo.

Ao traçar essa linha divisória, não negamos as contradições internas que existem nesses polos, como é o caso do Desenvolvimento Sustentável, que só deve ser enquadrado na perspectiva conservacionista no que se refere a sua concepção original voltada para os interesses do mercado. Dessa forma é preciso considerar a

dinamicidade dos segmentos ambientalistas que modicam-se no tempo ou o surgimento novos segmentos que se agrupam a cada frame, dando uma perspectiva futura de complexificação do ambientalismo, o que abre um largo campo de pesquisa.

Recentemente as pautas sócio-políticas e minoritárias tem dado maior evidência a segmentos, alguns não tão recentes, mas outrora pouco conhecidos, como o Ecofeminismo (Mies e Shiva, 1993), Ecosocialismo (Löwy e Dias, 2019), Racismo Ambiental (Herculano, 2008) e Buen Vivir (Gudynas, 2014), todos de viés socioambiental, ou mesmo o conceito econométrico de *Decoupling* (Andrade, Romeiro e Simões, 2022), de viés conservacionista, o que abre novas sendas para os pesquisadores que se debruçam sobre o debate ambiental.

Mesmo diante dessa grande diversidade de abordagens, foi possível agrupar as vertentes ambientais entre aqueles que possuem uma abordagem de caráter conservacionista ou socioambientalista. Essas duas perspectivas possuem comprometimentos éticos claramente diversos no que se refere às populações tradicionais, em questões como o feminismo, a agricultura familiar, a representatividade social, liberdade, justiça, democracia, economia e direitos humanos (Alonso, Costa e Maciel, 2007).

4. Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que o objetivo principal deste trabalho foi plenamente alcançado, qual seja, o de oferecer uma proposta interpretativa que permita compreender a complexidade do ambientalismo brasileiro a partir da leitura por dois frames principais: o Conservacionismo e o Socioambientalismo. Esta leitura, ancorada nas contribuições da Teoria dos Novos Movimentos Sociais e da Teoria do Processo Político, revelou-se eficaz para agrupar e distinguir as diversas correntes ambientalistas em função de seus pressupostos teóricos, compromissos ético-políticos e estratégias de intervenção sobre os problemas ecológicos.

A construção do quadro teórico-conceitual, elaborado a partir da análise das principais correntes do pensamento ambiental, permitiu sistematizar as diferenças fundamentais entre os dois frames, destacando especialmente os aspectos relacionados à concepção de natureza, desenvolvimento, tecnologia, formas de intervenção e inserção política. Demonstrou-se, assim, que tais frames não apenas organizam cognitivamente as práticas dos atores sociais envolvidos com a agenda ambiental, mas também expressam projetos de sociedade que, em última instância, refletem disputas mais amplas no campo das ideias e das políticas públicas.

Ressalte-se ainda que a proposta de leitura por frames não pretende esgotar a multiplicidade de vertentes do pensamento ambientalista nem tampouco negar as zonas de sobreposição e tensão que existem entre elas. Ao contrário, trata-se de uma chave interpretativa que ajuda a evidenciar os dilemas e os antagonismos que atravessam o campo ambiental, inclusive no âmbito das políticas públicas e dos discursos hegemônicos. Por fim, ao distinguir entre as abordagens tecnicistas e economicistas do Conservacionismo e as perspectivas críticas e emancipatórias do Socioambientalismo, este trabalho contribui para aprofundar o debate sobre as alternativas possíveis diante da crise ecológica contemporânea e reafirma a centralidade das dimensões sociais, culturais e históricas na construção de um ambientalismo comprometido com a justiça ambiental e a transformação social.

5. Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (PPGEXR) e ao Departamento de Educação do Campo (DEC) da Universidade Federal da Paraíba.

6. Referências

Achselrad, H. (2020). Ambientalismo e desenvolvimento: conflitos e alianças. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 35(102).

- Alonso, Â.; Costa, V.; & Maciel, D. (2007). Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos – CEBRAP**, (79), 151-167.
- Andrade, D. C., Romeiro, A. R., & Simões, M. S. (2022). Economic development, economic complexity and environmental performance: in search of common ground. In: Leal Filho, W. (Ed.), **Environmental Sustainability and Industries** (pp. 461-482). Amsterdam: Elsevier.
- Andrades, T. O.; & Ganimi, R. N. (2007). Revolução Verde e a apropriação capitalista. Trabalho acadêmico não publicado. **CES revista**, 21(1), 43-56.
- Bediaga, B. E. H. (2011). **Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas – 1860 a 1891**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP, Brasil, 265 p.
- Borgonovi, M. (2014, julho). **A gênese da conservação do solo no Brasil. Depoimento do Eng. Agrônomo Mario Borgonovi aos seus 100 anos e sete meses de idade**. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.agrisus.org.br/arquivos/artigo_mario_Borgonovi_julho_2014.pdf. Acesso em: 06/05/2025.
- Brundtland, G. H. (Org.). (1987). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV.
- Caporal, F. R.; & Costabeber, J. A. (2004). **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.
- Costa Lima, G. F. da. (2009). Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, 35(1).
- Diegues, A. C. S. (1996). **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec.
- Escobar, A. (1995). El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política: Cuadernos de Debate Internacional**, (9), 7-25.
- Goffman, E. (1974). **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Boston: Northeastern University Press.
- Gonçalves, C. W. P. (2002). **Natureza e sociedade: elementos para uma ética da sustentabilidade**. In: **Pensando e praticando a educação ambiental**. Brasília: IBAMA.
- Gudynas, E. (2014). Buen vivir. In: D'Alisa, G., Demaria, F., & Kallis, G. (Orgs.), **Degrowth** (pp. 201-204). London: Routledge.
- Harlow, J. T. (1994). **History of Soil Conservation Service national resource inventories**. Fort Worth, TX: National Resources Conservation Service.
- Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, 3(1), 1-20.

- Hickel, J. (2020). **Less is more: how degrowth will save the world**. London: Penguin.
- Leff, E. (1992). **Epistemologia ambiental** (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Lisboa, M. V. (2009). Socioambientalismo: coerências conceituais e práticas entre os movimentos. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Löwy, M., & Dias, M. C. L. (2019). Fontes e recursos do ecossocialismo. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, 26(51), 405-408.
- Mattos, P. P., & colaboradores. (2011). Reserva de desenvolvimento sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas? **Revista Sociedade & Natureza**, 23(3), 409-422.
- McCormick, J. (1992). **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J., & Behrens, W. W. III. (1972). **The limits to growth**. New York: New American Library.
- Mies, M., & Shiva, V. (1993). Introdução: porque escrevemos este livro juntas. In: **Ecofeminismo** (pp. 9-34). Lisboa: Instituto Piaget. (Coleção Epistemologia e Sociedade).
- Mucci, J. L. N. (2005). Introdução às ciências ambientais. In: Philippi Junior, A., & Pelicioni, M. C. F. (Comps.), **Educação ambiental e sustentabilidade** (pp. 15-37). São Paulo: Manole. (Coleção Ambiental).
- Nações Unidas. (2025, 10 jan.). **ONU confirma 2024 como o ano mais quente já registrado, com cerca de 1,55°C acima dos níveis pré-industriais**. Brasília: Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/287173-onu-confirma-2024-como-o-ano-mais-quente-j%C3%A1-registrado-com-cerca-de-155%C2%B0c-acima-dos-n%C3%ADveis>. Acesso em: 25/04/2025.
- Pádua, J. A. (2005a, abril). Pensamento ilustrado e crítica da destruição florestal no Brasil colonial. **Nômadias (Colômbia)**. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=105116726013>. Acesso em: 14/09/2017.
- Pádua, J. A. (2005b). Romantic heritage and contemporary ecologism: is there an historical link? **Varia Historia**, 21(33), 58-75.
- Pádua, J. A. (2010). As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 24(68), 81-101. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07/09/2017. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100009>
- Pelicioni, A. F. (2005). Movimento ambientalista e educação ambiental. In: Philippi Jr., A., & Pelicioni, M. C. F. (Comps.), **Educação ambiental e sustentabilidade** (pp. 353-379). São Paulo: Manole. (Coleção Ambiental).
- Rucinke, H. F. (2009). **Ambientalismo**. Bogotá, CO: B - Grupo Geolat. ProQuest ebrary. Web. Acesso em: 14/09/2017.

Sánchez de Puerta, T., & colaboradores. (1996). **Extensión agraria y desarrollo rural**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica.

Santilli, J. (2005). **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Editora Peirópolis.

Severino, A. J. (2007). Bacon: a ciência como conhecimento e domínio da natureza. In: Carvalho, I. C. M., Grün, M., & Trajber, R. (Orgs.), **Pensar o ambiente: bases filosóficas para a educação ambiental** (pp. 244). Brasília: MEC/Unesco. (Coleção Educação para Todos).

Snow, D. A., & Benford, R. D. (1988). Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International Social Movement Research**, 1, 197–217.

Souza, R. S. (2000). **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Veiga, J. E. (2006). **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI** (2a ed.). Rio de Janeiro: Garamond.

Viola, E. J., & colaboradores. (1987). **O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica**. Brasília: mimeo.

Viola, E., & Leis, H. (1990). A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil nos anos 80. In: **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. Florianópolis: UFSC.

Viola, E., & Leis, H. (2001). O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globista viável. In: Viola, E. J. et al. (Orgs.), **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais** (3a ed.). Florianópolis: Ed. da UFSC.

Zamberlam, J., & Froncheti, A. (2001). **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente** (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.